

STJ00096989

Fernando Antônio Negreiros Lima

# Teoria Geral do **PROCESSO JUDICIAL**

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2013

© 2013 by Editora Atlas S.A.

Capa: Nilton Masoni  
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lima, Fernando Antônio Negreiros  
Teoria geral do processo judicial / Fernando Antônio Negreiros Lima  
-- São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-7947-4

eISBN 978-85-224-7948-1

1. Processo judicial I. Título.

13-04537

CDU-347.9

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Processo judicial : Direito processual 347.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

sys: 979973

# Sumário

*Prefácio, xxix*

*Apresentação, xxxi*

## **UNIDADE I – DIREITO PROCESSUAL, 1**

### **1 O Direito: Ordenação Coativa da Conduta Humana, 3**

- 1 O homem: um ser social, 3
- 2 A ordenação da conduta humana, 5
- 3 Conflitos no âmbito social, 7

### **2 Evolução dos Meios de Solução dos Conflitos Intersubjetivos, 9**

- 1 A autotutela, 9
  - 1.1 Características da autotutela, 10
- 2 Autocomposição, 11
  - 2.1 Espécies de autocomposição, 13
  - 2.2 Autocomposição por mediação, 13
- 3 A arbitragem, 14
- 4 A jurisdição, 15
- 5 Coexistência e atualidade dos diversos meios de resolução de conflitos, 17
  - 5.1 A autotutela nos dias de hoje, 17
  - 5.2 A perenidade das formas autocompositivas de solução de conflitos, 19
  - 5.3 A atualidade da arbitragem, 20
  - 5.4 A jurisdição no Estado moderno e seus desafios, 21

### **3 Panorama Histórico e Tendências Evolutivas do Direito Processual, 23**

- 1 Introdução, 23

- 1.2 O processo nas civilizações da antiguidade, 23
  - 1.3 O processo romano, 24
    - 1.3.1 A evolução do processo civil romano, 25
      - 1.3.1.1 As ações da lei (*legis actiones*), 26
      - 1.3.1.2 O processo formular (*per formulas*), 28
      - 1.3.1.3 O processo da *cognitio extra ordinem*, 29
    - 1.3.2 O processo penal romano, 29
      - 1.3.2.1 Fases do processo penal romano, 30
        - 1.3.2.1.1 O processo comicial, 30
        - 1.3.2.1.2 O processo da *ordo iudiciorum publicorum*, 30
        - 1.3.2.1.3 O processo da *cognitio extraordinaria*, 31
  - 1.4 O processo na Europa após a queda de Roma, 31
    - 1.4.1 O processo no direito justinianeu, 32
    - 1.4.2 O processo no direito dos povos germânicos e no direito feudal, 33
    - 1.4.3 O processo canônico, 34
    - 1.4.4 O processo após a recepção do direito romano, 34
    - 1.4.5 O processo em Portugal, 35
      - 1.4.5.1 As Ordenações Afonsinas, 36
      - 1.4.5.2 As Ordenações Manuelinas, 36
      - 1.4.5.3 As Ordenações Filipinas, 36
    - 1.4.6 O processo no Brasil, 37
      - 1.4.6.1 A justiça colonial, 37
      - 1.4.6.2 O processo no Brasil ao tempo de D. João VI, 38
      - 1.4.6.3 O processo no Império do Brasil, 38
      - 1.4.6.4 O processo na era republicana, 39
  - 1.5 Conclusão: as tendências evolutivas do processo, 40
- 4 Direito Processual: Denominação, Posição Enciclopédica, Divisão e Relação com os Demais Ramos do Direito, 43**
- 1 Direito processual: sua denominação, 43
    - 1.1 Direito judiciário, 43
    - 1.2 Direito adjetivo, 44
    - 1.3 Direito instrumental, 45
    - 1.4 Outras denominações, 45
  - 2 Posição enciclopédica do direito processual, 45
  - 3 Divisão do direito processual, 47
  - 4 Relação do direito processual com os demais ramos jurídicos, 49
    - 4.1 Direito processual e direito constitucional, 50

- 4.2 Direito processual e direito penal, 52
- 4.3 Direito processual e direito civil, 52
- 5 Introdução ao Estudo dos Princípios do Direito Processual, 54**
  - 1 Considerações prévias, 54
  - 2 Normas jurídicas: regras e princípios, 55
  - 3 Funções dos princípios, 56
  - 4 Espécies de princípios processuais, 57
- 6 Princípios Informativos do Processo, 58**
  - 1 Princípios informativos do processo, 58
    - 1.1 Princípio lógico, 58
    - 1.2 Princípio jurídico, 59
    - 1.3 Princípio político, 61
    - 1.4 Princípio econômico, 62
    - 1.5 Princípio instrumental, 64
- 7 Princípios Gerais do Processo, 67**
  - 1 Princípios gerais do processo, 67
    - 1.1 Princípio do devido processo legal, 67
    - 1.2 Princípio do contraditório, 70
      - 1.2.1 O contraditório no processo penal, 72
        - 1.2.1.1 Contraditório no inquérito policial, 73
      - 1.2.2 O contraditório no processo civil, 75
        - 1.2.2.1 O contraditório no processo de execução civil, 76
        - 1.2.2.2 O contraditório diferido, 77
        - 1.2.2.3 O contraditório no processo civil coletivo, 78
      - 1.2.3 O contraditório nos processos trabalhista, eleitoral e constitucional, 80
        - 1.2.3.1 O contraditório no processo de controle direto de constitucionalidade das leis, 80
    - 1.3 O princípio da ampla defesa, 82
    - 1.4 Princípio da igualdade no processo, 85
      - 1.4.1 A isonomia no processo penal, 85
      - 1.4.2 A isonomia no processo civil, 86
      - 1.4.3 O princípio da igualdade no processo trabalhista, 89
    - 1.5 O princípio da proibição de juízos de exceção, 89
    - 1.6 O princípio da imparcialidade do juiz, 94
    - 1.7 O princípio da ação, 98

- 1.8 Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade de direitos, 99
- 1.9 O princípio dispositivo, 100
  - 1.9.1 O princípio dispositivo no processo civil, 101
  - 1.9.2 O princípio dispositivo no processo penal, 102
    - 1.9.2.1 Os casos especiais da *emendatio libelli* e da *mutatio libelli*, 103
  - 1.9.3 Princípio dispositivo no processo do trabalho, 105
  - 1.9.4 O princípio dispositivo na jurisdição eleitoral, 105
  - 1.9.5 O princípio dispositivo na jurisdição constitucional, 106
- 1.10 O princípio da livre investigação das provas, 106
- 1.11 O princípio do impulso oficial, 107
  - 1.11.1 O princípio do impulso oficial e a preclusão, 108
- 1.12 O princípio da oralidade, 110
- 1.13 O princípio da publicidade dos atos processuais, 112
  - 1.13.1 Assistência aos atos processuais, 115
  - 1.13.2 Acesso aos autos, 117
- 1.14 Princípio da motivação das decisões judiciais, 119
  - 1.14.1 A motivação das decisões penais, 121
    - 1.14.1.1 A motivação das decisões do júri, 121
  - 1.14.2 A motivação das decisões cíveis *lato sensu*, 122
- 1.15 Princípio da boa-fé e da lealdade processual, 124
- 1.16 Princípio da economia processual, 129
- 1.17 Princípio do duplo grau de jurisdição, 130
  - 1.17.1 Argumentos favoráveis ao duplo grau de jurisdição, 132
  - 1.17.2 Argumentos contrários ao duplo grau de jurisdição, 133
  - 1.17.3 Nossa posição, 135
  - 1.17.4 Duplo grau voluntário e duplo grau necessário, 136
- 1.18 Outros princípios processuais, 137
  - 1.18.1 Princípios de aplicação mais específica ao processo penal, 138
  - 1.18.2 Princípios de aplicação mais específica ao processo trabalhista, 138
  - 1.18.3 Princípios de aplicação mais específica ao processo eleitoral, 139
  - 1.18.4 Princípios de aplicação mais específica ao processo civil, 139
    - 1.18.4.1 Princípios de aplicação mais específica ao processo civil coletivo, 139

## 8 Natureza da Norma Processual, 143

- 1 Introdução, 143
- 2 Características gerais da norma jurídica, 143

- 3 Norma processual e norma material, 146
- 4 Especificidades da norma processual, 146
- 5 Objeto das normas processuais, 149
  
- 9 Fontes da Norma Processual, 151**
  - 1 Introdução, 151
  - 2 A ideia de fonte material do direito, 151
  - 3 As fontes formais do direito, 152
    - 3.1 A Constituição Federal, 152
    - 3.2 Os tratados internacionais, 155
    - 3.3 A lei, 156
      - 3.3.1 Um caso especial: as Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, 158
    - 3.4 O costume, 159
    - 3.5 Os princípios gerais do direito, 161
    - 3.6 A jurisprudência, 162
      - 3.6.1 A jurisprudência no Brasil, 173
  
- 10 Interpretação e Integração das Normas Processuais, 180**
  - 1 Introdução, 180
  - 2 Hermenêutica jurídica, 181
    - 2.1 Hermenêutica e interpretação, 184
  - 3 Vontade da lei ou vontade do legislador?, 185
  - 4 Métodos ou processos de interpretação, 186
    - 4.1 Os métodos sistemáticos de interpretação, 186
      - 4.1.1 Método gramatical, 187
      - 4.1.2 Método sistemático em sentido estrito, 189
      - 4.1.3 Método lógico, 190
    - 4.2 Os métodos histórico-sociológicos de interpretação, 191
    - 4.3 Os métodos teleológico-axiológicos de interpretação, 195
  - 5 O resultado da interpretação, 197
    - 5.1 Interpretação declarativa ou especificadora, 197
    - 5.2 Interpretação restritiva, 197
    - 5.3 Interpretação extensiva ou ampliativa, 198
    - 5.4 Interpretação modificativo-atualizadora, 198
    - 5.5 Interpretação ab-rogante, 199
  - 6 Sujeitos da interpretação, 200
  - 7 Principais brocardos aplicáveis à interpretação das normas processuais, 200
    - 7.1 *Ubi lex voluit, dixit, ubi noluit tacuit*, 201

- 7.2 *Ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio*, 201
- 7.3 *Non debet cui plus licet, quod minus est non licere*, 202
- 7.4 *Specialia generalibus insunt*, 202
- 7.5 *Ubi lex non distinguit, nec nos distinguere debemus*, 203
- 7.6 *Odiosa restringenda, favorabilia amplianda*, 204
- 7.7 *Accessorium sequitur principale*, 204
- 7.8 *Ad impossibilia nemo tenetur*, 205
- 7.9 *Utile per inutile non vitiatur*, 206
- 7.10 Quando a lei prescreve um fim, entende-se que igualmente faculta os meios, 206
- 7.11 *Verba cum effectu sunt accipienda*, 207
- 7.12 *Actus, non a nomine sed ab effectu, iudicatur*, 208
- 8 Integração das normas jurídicas processuais, 209
  - 8.1 Colocação do problema e classificação das lacunas, 209
    - 8.1.1 Crítica à classificação, 210
  - 8.2 Meios de integração da norma processual, 212
    - 8.2.1 A analogia como meio de integração, 214
    - 8.2.2 O direito comparado como meio de integração, 214
    - 8.2.3 A equidade como meio de integração, 215
      - 8.2.3.1 Equidade, direito alternativo e o *bom juiz* Magnaud, 218

## 11 Aplicação da Lei Processual no Tempo e no Espaço, 221

- 1 Aplicação da lei processual, 221
- 2 A lei processual no tempo, 222
  - 2.1 Início da vigência, 222
    - 2.1.1 O caso específico da lei alteradora do processo eleitoral, 223
  - 2.2 Sucessão de leis processuais no tempo, 224
- 3 A lei processual no espaço, 227

## UNIDADE II – JURISDIÇÃO, 231

### 12 Jurisdição: Conceito e Características, 233

- 1 Introdução, 233
- 2 O que é jurisdição?, 235
  - 2.1 Preliminarmente: um pouco de história, 235
  - 2.2 Conceito de jurisdição, 237
    - 2.2.1 A lição de Chiovenda, 237
    - 2.2.2 A lição de Carnelutti, 239



- 2.2.3 Liebman: uma posição conciliadora, 241
- 3 Distinção entre a jurisdição e as demais funções estatais, 243
  - 3.1 Características da jurisdição, 245
    - 3.1.1 Primeira característica: o escopo de atuação da vontade da lei, 245
      - 3.1.1.1 Exceções à primeira característica, 246
    - 3.1.2 Segunda característica: o caráter substitutivo de sua atuação, 247
    - 3.1.3 Terceira característica: a definitividade de seu provimento de mérito, 248
    - 3.1.4 Quarta característica: a inércia inicial, 250
      - 3.1.4.1 Exceções à quarta característica, 251
    - 3.1.5 Quinta característica: uma lide a resolver, 252
  - 3.2 Conclusão, 256
- 13 Princípios da Jurisdição, 258**
  - 1 Princípios inerentes à jurisdição, 258
    - 1.1 Princípio da investidura, 258
    - 1.2 Princípio da aderência a um território, 259
    - 1.3 Princípio da indelegabilidade, 260
    - 1.4 Princípio da inevitabilidade, 261
    - 1.5 Princípio da inafastabilidade, 261
    - 1.6 Princípio do juiz natural, 263
    - 1.7 Princípio da improrrogabilidade, 264
    - 1.8 Princípio da proximidade razoável, 264
    - 1.9 Princípio da periodicidade do exercício da jurisdição eleitoral, 265
    - 1.10 Princípio da hierarquia e da disciplina, 266
- 14 Extensão, Poderes e Limites da Jurisdição, 268**
  - 1 Extensão da jurisdição e poderes nela compreendidos, 268
  - 2 Limites da jurisdição, 270
    - 2.1 Limitações internacionais, 270
      - 2.1.1 A proibição de denegação de jurisdição como limite à função jurisdicional, 272
    - 2.2 Limitações internas, 272
- 15 Classificação da Jurisdição, 276**
  - 1 Introdução, 276
  - 2 A unidade essencial da jurisdição brasileira, 276
  - 3 A jurisdição brasileira e suas espécies, 278

- 3.1 Classificação da jurisdição segundo a pretensão a ser examinada, 278
  - 3.1.1 Contatos e tensões entre as jurisdições penal e civil, 279
- 3.2 Classificação da jurisdição segundo os órgãos que a exercem, 280
- 3.3 Classificação segundo o grau hierárquico em que se procede ao exame, 284
- 3.4 Classificação segundo a fonte em que a decisão se fundamenta, 287
- 3.5 Classificação segundo a natureza do objeto em exame, 287
  - 3.5.1 A natureza da jurisdição voluntária, 291
- 4 Outras classificações, 292
  - 4.1 Jurisdição constitucional das liberdades, 292
  - 4.2 Jurisdição internacional, 292
  - 4.3 Jurisdição comunitária, 294

## 16 Tutela Jurisdicional, 295

- 1 Introdução, 295
  - 1.1 Classificação das tutelas quanto à atividade do juiz, 295
  - 1.2 Classificação das tutelas quanto ao provimento pretendido, 296
  - 1.3 Classificação das tutelas quanto aos efeitos produzidos, 300
  - 1.4 Classificação das tutelas quanto ao momento de sua prestação, 301

## 17 Equivalentes Jurisdicionais, 304

- 1 Introdução, 304
- 2 Equivalentes jurisdicionais, 305
  - 2.1 A arbitragem, 305
    - 2.1.1 O regime legal da arbitragem sob a Lei nº 9.307/1996, 306
      - 2.1.1.1 Análise das características essenciais da arbitragem, 306
      - 2.1.1.2 Fontes da decisão arbitral, 309
      - 2.1.1.3 A convenção de arbitragem: espécies e efeitos, 309
      - 2.1.1.4 O árbitro, 310
      - 2.1.1.5 A decisão arbitral, 310
      - 2.1.1.6 Homologação da sentença arbitral estrangeira, 311
  - 2.2 A mediação, 311

## 18 Competência, 313

- 1 Introdução, 313
- 2 O princípio da competência-sobre-competência (*Kompetenz-Kompetenz*), 314
- 3 Processo de concretização da competência, 314
- 4 Critérios de determinação da competência, 315

- 4.1 Critérios subsidiários de fixação da competência: distribuição e prevenção, 318
  - 5 Espécies de incompetência, 319
  - 6 Modificação da competência e *perpetuatio iurisdictionis*, 320
    - 6.1 *Perpetuatio iurisdictionis* em sede jurisdicional civil, 320
    - 6.2 *Perpetuatio iurisdictionis* na jurisdição penal, 321
    - 6.3 Prorrogação da competência, 322
      - 6.3.1 Prorrogação da competência no âmbito da jurisdição civil *lato sensu*, 322
      - 6.3.2 Prorrogação da competência no âmbito da jurisdição penal, 323
    - 6.4 Delegação legal da competência, 325
    - 6.5 Desaforamento do júri, 325
    - 6.6 Desclassificação, 325
    - 6.7 Deslocamento em casos de violação a direitos humanos, 326
    - 6.8 O desaforamento eleitoral e o julgamento avocado de *habeas corpus*, 327
  - 7 Declaração de incompetência, 327
  - 8 Conflitos de competência, 327
- 19 Organização Judiciária Brasileira, 329**
- 1 Introdução: a estrutura do Judiciário Nacional, 329
    - 1.1 Um ponto a assentar: natureza e posição institucional dos Tribunais de Contas, 330
    - 1.2 Outro ponto a destacar: as Cortes de Justiça Desportiva, 331
  - 2 O Supremo Tribunal Federal, 332
    - 2.1 Composição do Supremo Tribunal Federal, 333
    - 2.2 Atribuições não judiciais e competência, 333
      - 2.2.1 Atribuições, 333
      - 2.2.2 Competência, 333
        - 2.2.2.1 O Supremo Tribunal Federal como tribunal constitucional, 334
        - 2.2.2.2 O STF como tribunal de jurisdição infraconstitucional, 336
  - 3 O Superior Tribunal de Justiça, 337
    - 3.1 Composição do STJ, 337
    - 3.2 Competência, 337
  - 4 O Tribunal Superior do Trabalho, 339
    - 4.1 A competência do Tribunal Superior do Trabalho, 340
      - 4.1.1 A competência do TST para expedir sentença normativa, 341
  - 5 O Tribunal Superior Eleitoral, 341

- 5.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral, 342
- 6 O Superior Tribunal Militar, 343
  - 6.1 Competência do Superior Tribunal Militar, 343
- 7 Os Tribunais de Justiça dos Estados, 344
  - 7.1 Competência dos Tribunais de Justiça, 345
- 8 Os Tribunais Regionais Federais, 346
  - 8.1 Competência dos Tribunais Regionais Federais, 347
- 9 Os Tribunais Regionais do Trabalho, 348
  - 9.1 Competência dos Tribunais Regionais do Trabalho, 348
- 10 Os Tribunais Regionais Eleitorais, 349
  - 10.1 A competência dos Tribunais Regionais Eleitorais, 349
- 11 Os Juízos de Direito, 350
  - 11.1 Competência dos Juízos de Direito, 352
- 12 Os Juízos Federais de primeira instância, 354
  - 12.1 Competência dos Juízos Federais de primeira instância, 354
- 13 Juízos Federais do Trabalho em primeiro grau, 355
  - 13.1 Competência dos Juízos Federais do Trabalho em primeiro grau, 356
- 14 Juízos Eleitorais de primeiro grau, 357
  - 14.1 A competência dos Juízos e Juntas Eleitorais, 358
    - 14.1.1 A competência do Juízo Eleitoral monocrático, 358
    - 14.1.2 A competência da Junta Eleitoral, 359
- 15 Os Juízos Militares em primeira instância, 359
  - 15.1 A competência dos Conselhos de Justiça Militar, 360
- 16 O Conselho Nacional de Justiça, 360
  - 16.1 Composição, 360
  - 16.2 Atribuições do CNJ, 361
- 17 Serviços Auxiliares da Justiça, 361
  - 17.1 Escrivão, 362
  - 17.2 Chefe ou Diretor de Secretaria, 362
  - 17.3 Oficial de Justiça Avaliador, 363
  - 17.4 Perito, 363
  - 17.5 Depositário e Administrador, 363
  - 17.6 Intérprete, 363
  - 17.7 Distribuidor, 363
  - 17.8 Contador do Foro, 364
  - 17.9 Mesários, 364

## 20 Funções Essenciais à Justiça, 365

- 1 Introdução, 365
- 2 O Ministério Público: breve notícia histórica, 366
  - 2.1 Estrutura e organização do Ministério Público no Brasil, 367
    - 2.1.1 O Ministério Público da União, 369
      - 2.1.1.1 Composição do Ministério Público Federal, 370
      - 2.1.1.2 Composição do Ministério Público do Trabalho, 371
      - 2.1.1.3 O Ministério Público Militar, 371
      - 2.1.1.4 O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 372
    - 2.1.2 O Ministério Público dos Estados, 372
    - 2.1.3 O Ministério Público Eleitoral, 373
    - 2.1.4 O Conselho Nacional do Ministério Público, 373
  - 2.2 Garantias e vedações dos membros do Ministério Público, 374
  - 2.3 Missão institucional, 375
  - 2.4 Funções institucionais, 376
  - 2.5 Princípios institucionais, 377
    - 2.5.1 Um caso à parte: o princípio institucional do Promotor Natural, 378
- 3 A Advocacia: introdução histórica, 379
  - 3.1 Advocacia: função essencial à Justiça, 381
  - 3.2 A Advocacia Pública, 381
  - 3.3 A Advocacia Privada, 383
  - 3.4 A Defensoria Pública, 384

## UNIDADE III – AÇÃO E EXCEÇÃO, 387

### 21 Natureza da Ação: Noções Preliminares, 389

- 1 Introdução, 389
- 2 A *Actio* romana, 390
- 3 A teoria imanentista da ação, 390
- 4 A polêmica Windscheid-Muther, 392
- 5 Conclusão, 394

### 22 Ação Material, 395

- 1 Introdução, 395
- 2 Conceito de ação em sentido material, 396
- 3 As ações materiais típicas, 397

3.1 A lição de Corrêa Telles, 397

**23 Ação Processual, 399**

- 1 A ação de direito processual, 399
- 2 A ação como direito abstrato, 401
- 3 A ação como direito concreto, 402
- 4 A ação como direito potestativo, 403
- 5 Ação como espécie do direito de petição, 404
- 6 A ação como direito ao julgamento de mérito, 405
- 7 Conclusão: conceito de ação processual, 406
  - 7.1 Natureza pública do direito subjetivo de ação, 406
  - 7.2 A autonomia do direito de ação, 407
  - 7.3 A ação como direito abstrato incondicionado, 408
  - 7.4 A ação processual como direito dirigido contra o Estado, 408

**24 Classificação das Ações, 410**

- 1 Classificação das ações, 410
- 2 A *summa divisio* da ação em sentido material: ação penal e ação civil, 410
  - 2.1 Características e classificação da ação penal, 410
    - 2.1.1 A ação penal eleitoral: um caso à parte, 413
  - 2.2 Características e classificação da ação civil, 413
  - 2.3 Classificação da ação trabalhista, 415
  - 2.4 Classificação da ação eleitoral, 416
- 3 Classificação da ação em sentido processual, 416
  - 3.1 Classificação das ações de conhecimento, 418
    - 3.1.1 Ações meramente declaratórias, 418
    - 3.1.2 Ações condenatórias, 421
    - 3.1.3 Ações constitutivas, 422
    - 3.1.4 Ações mandamentais, 424
    - 3.1.5 Ações executivas *lato sensu*, 426
  - 3.2 Classificação das ações de execução, 427
    - 3.2.1 Execução civil, 427
    - 3.2.2 Execução penal, 429
    - 3.2.3 Execução trabalhista, 431
  - 3.3 Classificação das ações cautelares, 432
    - 3.3.1 Cautelares no processo civil, 432
    - 3.3.2 Cautelares no processo penal, 433
    - 3.3.3 Cautelares nas jurisdições trabalhista e eleitoral, 434
    - 3.3.4 Cautelares na jurisdição constitucional, 434

## 25 Condições da Ação, 435

- 1 As condições da ação: colocação do problema, 435
- 2 Análise específica das condições da ação do ponto de vista do direito posto, 439
  - 2.1 A possibilidade jurídica do pedido, 440
  - 2.2 A legitimidade das partes, 441
  - 2.3 O interesse de agir, 444
- 3 Problemas específicos das condições da ação, 445
  - 3.1 As condições da ação penal, 446
  - 3.2 As condições da ação trabalhista, 448
  - 3.3 As condições da ação eleitoral, 448
  - 3.4 As condições da ação no processo constitucional, 448
  - 3.5 As condições da ação no processo coletivo, 449
    - 3.5.1 A possibilidade jurídica do pedido nas ações coletivas, 450
    - 3.5.2 A legitimidade *ad causam* nas ações coletivas, 450
    - 3.5.3 O interesse de agir nas ações coletivas, 452

## 26 Elementos da Ação, 454

- 1 Introdução, 454
- 2 Primeiro elemento: as partes, 455
- 3 Segundo elemento: a causa de pedir, 456
  - 3.1 Teorias da individuação e da substanciação, 456
  - 3.2 Causa de pedir próxima e causa de pedir remota, 458
  - 3.3 Causa de pedir ativa e causa de pedir passiva, 458
  - 3.4 Causa de pedir simples, composta e complexa, 458
  - 3.5 Causa de pedir aberta, 458
- 4 Terceiro elemento: o pedido, 459
  - 4.1 Pedido imediato, 459
  - 4.2 Pedido mediato, 459
- 5 Coincidência integral dos elementos da ação: litispendência e coisa julgada, 459
- 6 Coincidência parcial dos elementos da ação: conexão e continência, 460

## 27 Exceção: o Direito de Defesa, 461

- 1 Introdução, 461
- 2 A defesa de mérito, 462
  - 2.1 A defesa de mérito no processo penal, 462
    - 2.1.1 O direito à informação, 463
    - 2.1.2 A bilateralidade da audiência, 464

- 2.1.3 O direito de produzir provas, 464
- 2.2 A defesa de mérito no processo civil, 465
  - 2.2.1 A defesa de mérito na ação de execução forçada civil, 465
  - 2.2.2 Um caso à parte: a reconvenção, 467
- 2.3 A defesa de mérito no processo trabalhista, 469
- 2.4 A defesa de mérito no processo eleitoral, 469
- 3 Revelia ou contumácia, 470
  - 3.1 Revelia, força maior e justo impedimento, 472
- 4 Exceção em sentido estrito: a defesa indireta, 472
  - 4.1 Classificação das exceções, 473
    - 4.1.1 Exceções processuais e exceções substanciais, 474
    - 4.1.2 Exceções dilatórias e exceções peremptórias, 474
  - 4.2 Forma de arguição, 475
  - 4.3 Exceção e objeção, 475

## **UNIDADE IV – RELAÇÃO PROCESSUAL, 477**

### **28 Natureza Jurídica do Processo, 479**

- 1 O que é o processo?, 479
  - 1.1 O processo como contrato, 479
  - 1.2 O processo como quase-contrato, 480
  - 1.3 O processo como relação jurídica, 482
    - 1.3.1 Relação jurídica linear, 482
    - 1.3.2 Relação jurídica triangular, 483
    - 1.3.3 Relação jurídica angular, 483
  - 1.4 O processo como situação jurídica, 485
  - 1.5 O processo como entidade jurídica complexa, 486
  - 1.6 O processo como instituição, 487
  - 1.7 O processo como serviço público, 488
  - 1.8 O processo como procedimento em contraditório, 489
  - 1.9 Calamandrei: o processo como um jogo, 490
  - 1.10 Outras teses menos conhecidas sobre a natureza do processo, 491
  - 1.11 Conclusão, 492

### **29 Sujeitos do Processo, 494**

- 1 Os sujeitos do processo e os terceiros em face da relação processual, 494
- 2 Os sujeitos parciais do processo, 496
  - 2.1 O conceito de parte, 496



- 2.1.1 Legitimação ativa e legitimação passiva, 497
- 2.1.2 Legitimação ordinária e legitimação extraordinária, 497
- 2.1.3 Legitimação exclusiva e legitimação concorrente, 498
- 2.1.4 Litisconsórcio, 498
  - 2.1.4.1 Classificação do litisconsórcio, 499
    - 2.1.4.1.1 Quanto à posição das partes, 500
    - 2.1.4.1.2 Quanto ao momento de formação, 500
    - 2.1.4.1.3 Quanto à obrigatoriedade de sua constituição, 501
    - 2.1.4.1.4 Quanto à uniformidade da decisão, 502
      - 2.1.4.1.4.1 Algumas questões polêmicas, 503
    - 2.1.4.1.5 Outras espécies de litisconsórcio, 504
  - 2.1.4.2 Litisconsórcio no processo civil, 505
    - 2.1.4.2.1 Litisconsórcio no processo civil coletivo, 506
  - 2.1.4.3 Litisconsórcio no processo trabalhista, 506
  - 2.1.4.4 Litisconsórcio no processo eleitoral, 507
  - 2.1.4.5 Litisconsórcio no processo penal, 507
  - 2.1.4.6 Litisconsórcio no processo constitucional, 508
- 2.2 O juiz: sujeito imparcial do processo, 508
- 2.3 A posição do Ministério Público como sujeito do processo, 509
- 2.4 Terceiros no processo: colocação do problema, 513
  - 2.4.1 Classificação das formas de intervenção, 515
  - 2.4.2 Cabimento da intervenção de terceiros e hipóteses de sua vedação, 516
  - 2.4.3 O *amicus curiae*, 518
  - 2.4.4 Controle judicial da intervenção de terceiros, 519

## 30 Classificação do Processo, 520

- 1 Classificação do processo, 520
  - 1.1 Quanto à destinação, 520
  - 1.2 Quanto à sede jurisdicional, 521
  - 1.3 Quanto à natureza do provimento jurisdicional visado, 522
    - 1.3.1 Processo de conhecimento, 522
    - 1.3.2 Processo de execução, 523
      - 1.3.2.1 Processo de execução penal, 524
      - 1.3.2.2 Processo de execução civil, 525
      - 1.3.2.3 Processo de execução trabalhista, 526
      - 1.3.2.4 Processo de execução eleitoral, 526

- 1.3.3 Processo cautelar, 527
- 1.3.4 Processo injuncional, 529
- 1.4 Quanto à natureza singular ou coletiva dos interesses, 532
  - 1.4.1 Processo individual, 532
  - 1.4.2 Processo coletivo, 534
- 1.5 Processo dispositivo, 536

### **31 Pressupostos Processuais, 537**

- 1 Conceito de pressupostos processuais, 537
- 2 Classificação dos pressupostos, 537
  - 2.1 Pressupostos de existência e pressupostos de validade, 538
    - 2.1.1 Pressupostos de existência, 538
      - 2.1.1.1 A existência de uma ação proposta, 538
      - 2.1.1.2 Órgão jurisdicional, 538
      - 2.1.1.3 Partes ou interessados, 539
    - 2.1.2 Pressupostos de validade, 539
      - 2.1.2.1 Demanda regularmente formulada, 539
      - 2.1.2.2 Competência do órgão jurisdicional, 539
      - 2.1.2.3 Capacidade das partes, 540
  - 2.2 Pressupostos subjetivos e pressupostos objetivos, 541
    - 2.2.1 Pressupostos subjetivos, 541
    - 2.2.2 Pressupostos objetivos, 541

### **32 Atos Processuais, 543**

- 1 Conceito e classificação dos atos processuais, 543
  - 1.1 Fatos juridicamente indiferentes, 543
  - 1.2 Fatos jurídicos em sentido amplo, 544
    - 1.2.1 Fatos jurídicos em sentido estrito, 544
    - 1.2.2 Atos jurídicos, 544
      - 1.2.2.1 Atos jurídicos de direito material, 545
      - 1.2.2.2 Atos jurídicos processuais, 545
      - 1.2.2.3 Negócios jurídicos processuais, 545
- 2 Classificação dos atos processuais, 548
  - 2.1 Atos das partes, 548
    - 2.1.1 O silêncio como manifestação de vontade processual, 549
  - 2.2 Atos do juiz, 551
    - 2.2.1 Despachos, 551
    - 2.2.2 Decisões, 553
      - 2.2.2.1 Sentença, 554

- 2.2.2.1.1 Requisitos da sentença, 557
  - 2.2.2.1.2 Espécies de sentença, 557
  - 2.2.2.2 Decisões interlocutórias, 559
  - 2.2.2.3 Acórdãos, 560
  - 2.2.2.4 Decisões monocráticas em órgãos colegiados, 560
  - 2.3 Atos dos auxiliares do juízo, 561
- 33 Forma dos Atos Processuais, 562**
- 1 Considerações iniciais, 562
  - 2 Publicidade dos atos processuais, 563
  - 3 Expressão dos atos processuais, 563
  - 4 Comunicação dos atos processuais, 564
    - 4.1 Citação, 564
      - 4.1.1 Citação no processo civil, 566
      - 4.1.2 Citação no processo penal, 567
      - 4.1.3 Citação no processo trabalhista, 567
      - 4.1.4 Citação no processo eleitoral, 567
    - 4.2 Intimação e notificação, 567
      - 4.2.1 Intimação no processo judicial eletrônico, 568
  - 5 Lugar dos atos processuais, 568
    - 5.1 Carta precatória, carta de ordem e carta rogatória, 569
  - 6 Tempo dos atos processuais, 571
- 34 Prazos Processuais, 572**
- 1 Introdução, 572
  - 2 Unidades de tempo empregadas na contagem dos prazos, 573
  - 3 Regras de contagem dos prazos, 573
    - 3.1 Prazos para Poder Público, 574
  - 4 Classificação dos prazos, 575
    - 4.1 Prazos dilatórios e peremptórios, 575
    - 4.2 Prazos independentes e subordinados, 576
    - 4.3 Prazos fixos, mínimos e máximos, 576
    - 4.4 Prazos explícitos e implícitos, 577
    - 4.5 Prazos judiciais, legais e convencionais, 577
    - 4.6 Prazos próprios e impróprios, 577
    - 4.7 Prazos comuns e particulares, 578
    - 4.8 Outras classificações, 578

### **35 Procedimento, 580**

- 1 Procedimento ou rito, 580
- 2 Tipos de procedimentos, 584

### **36 Nulidades Processuais, 586**

- 1 Colocação do problema, 586
- 2 Distinção entre invalidade do ato processual e invalidade do ato material, 589
- 3 Classificação das invalidades processuais, 590
  - 3.1 Invalidades no processo civil, 590
  - 3.2 Invalidades no processo trabalhista, 591
  - 3.3 Invalidades no processo eleitoral, 591
  - 3.4 Invalidades no processo penal, 592
  - 3.5 Uma proposta de síntese, 593
- 4 Princípios pertinentes às invalidades processuais, 595
  - 4.1 Princípio da instrumentalidade das formas, 595
  - 4.2 Princípio da economia processual, 595
  - 4.3 Princípio da transcendência, 596
  - 4.4 Princípio da causalidade, 597
  - 4.5 Princípio do interesse, 598
  - 4.6 Princípio da convalidação das nulidades, 598

## **UNIDADE V – TEORIA DA PROVA TEORIA DA IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E TEORIA DA COISA JULGADA, 601**

### **37 Teoria Geral da Prova, 603**

- 1 Introdução, 603
- 2 Certeza, verdade e verossimilhança, 603
- 3 Verdade real e verdade formal, 605
- 4 Conceito de prova judicial, 605
- 5 Uma breve história da prova judicial, 605
- 6 Natureza das normas jurídicas relativas às provas, 609
- 7 Princípios sobre a prova, 610
  - 7.1 Princípio da proibição do uso de provas ilícitas no processo, 610
    - 7.1.1 Conceito e classificação das provas ilícitas, 610
      - 7.1.1.1 Provas ilícitas por derivação, 611
    - 7.1.2 Teorias sobre a admissibilidade da prova ilícita, 612
      - 7.1.2.1 A prova inconstitucional, 613

- 7.2 Princípio da ampla defesa, 614
- 7.3 Princípio do contraditório, 614
- 7.4 Princípio da não surpresa, 614
- 7.5 Princípio da atipicidade dos meios de prova, 615
- 7.6 Princípio da aquisição – ou da comunhão – da prova, 616
- 8 Classificação das provas, 617
  - 8.1 Prova real e prova pessoal, 617
  - 8.2 Prova direta e prova indireta, 617
  - 8.3 Prova histórica e prova crítica, 618
  - 8.4 Prova casual e prova pré-constituída, 619
  - 8.5 Outras classificações, 619
- 9 Presunções, ficções e máximas de experiência, 620
  - 9.1 Espécies de presunções, 622
  - 9.2 Ficções, 623
  - 9.3 Máximas de experiência, 624
    - 9.3.1 As máximas de experiência e a prova *prima facie*, 625
- 10 Sistemas de valoração das provas, 626
  - 10.1 A avaliação da prova no processo romano, 626
  - 10.2 Ordálias ou juízos de Deus, 627
  - 10.3 O sistema legal de avaliação da prova, 627
  - 10.4 A avaliação da prova pela crítica *sã*, 629
  - 10.5 A avaliação da prova conforme a livre convicção do juiz socialista, 629
  - 10.6 A avaliação da prova pela persuasão racional do juiz, 630
- 11 Crítica dos sistemas e sua aplicação no processo contemporâneo, 631
- 12 Carência de provas, 633
- 13 Ônus da prova, 634
  - 13.1 O ônus da prova na jurisdição civil, 634
    - 13.1.1 Inversão do ônus da prova, 636
    - 13.1.2 Regra de julgamento ou regra de procedimento?, 637
    - 13.1.3 Convenção sobre a distribuição do ônus da prova, 639
  - 13.2 O ônus da prova na jurisdição penal, 639
- 14 Iniciativa da produção da prova, 639
  - 14.1 Iniciativa das partes e dos terceiros intervenientes, 640
  - 14.2 Iniciativa do Ministério Público, 640
  - 14.3 Iniciativa do juiz, 640
- 15 Objeto da prova, 641
  - 15.1 Prova dos fatos, 642
    - 15.1.1 Prova dos fatos negativos, 642

15.2 Prova do direito, 643

15.2.1 Prova das leis estrangeiras, 643

15.2.2 Prova das leis estaduais e municipais, 644

15.2.3 Prova do costume, 644

16 Destinatários da prova, 644

17 Procedimento probatório, 645

17.1 Prova na fase recursal, 646

17.2 Prova *ad perpetuam rei memoriam*, 646

17.3 Prova por carta, 647

17.4 Prova emprestada, 647

**38 Meios Típicos de Prova, 649**

1 Introdução, 649

2 Confissão, 649

2.1 Breves traços históricos, 650

2.2 Natureza jurídica, 651

2.3 Elementos da confissão, 651

2.4 Validade da confissão, 653

2.5 Eficácia em relação a terceiros, 653

2.6 Retratação e divisão da confissão, 653

2.7 Espécies de confissão, 654

3 Depoimento pessoal – ou interrogatório – das partes, 655

3.1 Interrogatório e depoimento pessoal das partes no processo civil, 656

3.1.1 Depoimento a requerimento da própria parte, 656

3.2 Interrogatório e depoimento pessoal das partes no processo trabalhista, 657

3.3 Interrogatório do acusado e declarações do ofendido no processo penal, 658

3.3.1 As declarações do ofendido, 660

4 Prova testemunhal, 660

4.1 Conceito de testemunha, 661

4.2 Quem pode testemunhar?, 662

4.3 Deveres e direitos da testemunha, 664

4.4 Número de testemunhas, 665

4.5 Espécies de testemunhas, 665

4.6 Procedimento de produção da prova testemunhal, 666

4.6.1 Produção da prova testemunhal no processo civil, 666

4.6.2 Produção da prova testemunhal nos processos trabalhista e eleitoral, 667

- 4.6.3 Produção da prova testemunhal no processo penal, 668
  - 5 Acareação, 668
  - 6 Prova documental, 669
    - 6.1 Classificação dos documentos, 669
      - 6.1.1 Documentos públicos e documentos particulares, 670
      - 6.1.2 Documentos autógrafos e documentos heterógrafos, 670
      - 6.1.3 Documentos autênticos e não autênticos, 670
      - 6.1.4 Documentos ológrafos e alógrafos, 671
    - 6.2 Documento e instrumento, 671
    - 6.3 Força probante dos documentos, 671
    - 6.4 Produção da prova documental, 672
    - 6.5 Arguição da falsidade do documento, 672
      - 6.5.1 Ausência de impugnação do documento, 673
  - 7 Exibição de documento ou coisa, 674
  - 8 Prova pericial, 675
    - 8.1 Espécies de perícia, 675
    - 8.2 Força probante da prova pericial, 676
    - 8.3 Procedimento, 676
  - 9 Inspeção judicial, 677
  - 10 Reconhecimento de coisas ou pessoas, 678
- 39 Impugnação das Decisões Judiciais, 679**
- 1 Introdução, 679
  - 2 Meios de impugnação admitidos no Brasil, 681
    - 2.1 Os sucedâneos recursais, 683
      - 2.1.1 Correição parcial, 683
      - 2.1.2 Pedido de reconsideração, 683
      - 2.1.3 Reclamação, 684
      - 2.1.4 O pedido de suspensão de tutelas jurisdicionais contra o Poder Público, 685
- 40 Teoria Geral dos Recursos, 686**
- 1 Teoria dos recursos, 686
  - 2 Pronunciamentos judiciais recorríveis, 686
  - 3 Classificação dos recursos, 688
    - 3.1 Os recursos quanto à abrangência da impugnação, 688
    - 3.2 Quanto à fundamentação, 688
    - 3.3 Quanto ao objeto, 689
    - 3.4 Quanto ao órgão judicial a que é dirigido, 690

- 3.5 Quanto aos efeitos, 690
- 3.6 Quanto ao momento de interposição, 691
- 4 Princípios pertinentes aos recursos, 693
  - 4.1 Princípio do duplo grau de jurisdição, 693
  - 4.2 Princípio da taxatividade, 695
  - 4.3 Princípio da dialeticidade, 695
  - 4.4 Princípio da voluntariedade, 696
  - 4.5 Princípio da singularidade ou da unirão, 697
  - 4.6 Princípio da proibição de *reformatio in peius*, 698
  - 4.7 Princípio da fungibilidade, 700
  - 4.8 Princípio da variabilidade, 701
  - 4.9 Princípio da consumação, 702
  - 4.10 Princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias, 702
- 5 Efeitos dos recursos, 703
  - 5.1 Efeito obstativo da preclusão, 703
  - 5.2 Efeito devolutivo, 704
  - 5.3 Efeito suspensivo, 705
  - 5.4 Efeito translativo, 707
  - 5.5 Efeito substitutivo, 707
  - 5.6 Efeito regressivo, 707
  - 5.7 Efeito expansivo, 708
- 6 Admissibilidade e mérito dos recursos, 709
  - 6.1 Juízo de admissibilidade dos recursos, 710
    - 6.1.1 Pressupostos recursais intrínsecos, 711
      - 6.1.1.1 Cabimento, 711
      - 6.1.1.2 Legitimidade recursal, 711
      - 6.1.1.3 Interesse em recorrer, 712
      - 6.1.1.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, 713
    - 6.1.2 Pressupostos recursais extrínsecos, 715
      - 6.1.2.1 Tempestividade, 715
      - 6.1.2.2 Preparo, 716
        - 6.1.2.2.1 A pena de deserção, 717
      - 6.1.2.3 Regularidade formal, 718
      - 6.1.2.4 Outros pressupostos recursais extrínsecos, 718
        - 6.1.2.4.1 Depósito do valor da condenação trabalhista, 718
        - 6.1.2.4.2 Impugnação prévia do voto, 719



6.1.3 Pressupostos específicos dos recursos extraordinário e especial, 719

6.1.3.1 Esgotamento prévio das vias recursais ordinárias, 720

6.1.3.2 Prequestionamento da matéria, 720

6.1.3.3 Prova da repercussão geral da questão, 721

6.2 Juízo de mérito dos recursos, 723

#### 41 Ações Autônomas de Impugnação, 725

1 Ações autônomas de impugnação das decisões judiciais, 725

2 Ações autônomas na jurisdição civil *lato sensu*, 726

2.1 A *querela nullitatis insanabilis*, 726

2.2 Ação rescisória, 726

2.2.1 A ação rescisória civil, 728

2.2.2 Ação rescisória trabalhista, 730

2.2.3 Ação rescisória eleitoral, 730

3 Ações autônomas na jurisdição criminal, 730

3.1 A ação de revisão criminal, 730

4 Outras ações autônomas de impugnação, 732

#### 42 Teoria da Coisa Julgada, 733

1 Introdução, 733

2 Breve notícia histórica, 734

3 Conceito de coisa julgada, 735

4 Espécies de coisa julgada, 735

4.1 Coisa julgada formal, 735

4.2 Coisa julgada material, 736

5 Formação conjunta ou isolada da coisa julgada, 736

6 Funções positiva e negativa da coisa julgada, 737

7 Coisa julgada na ordem jurídica brasileira, 738

7.1 Coisa julgada na jurisdição civil, 738

7.1.1 Coisa julgada nas ações de alimentos e em relações continuativas, 739

7.1.2 Coisa julgada no processo de execução, 739

7.1.3 Coisa julgada no processo cautelar, 740

7.1.4 Coisa julgada na jurisdição civil voluntária, 740

7.1.5 Coisa julgada no processo civil coletivo, 740

7.2 Coisa julgada na jurisdição trabalhista, 742

7.3 Coisa julgada na jurisdição eleitoral, 742

7.4 Coisa julgada na jurisdição penal, 742

- 8 Limites da coisa julgada, 743
  - 8.1 Limites objetivos, 743
    - 8.1.1 A eficácia preclusiva da coisa julgada, 744
  - 8.2 Limites subjetivos, 745
- 9 Relativização da coisa julgada, 746

*Bibliografia*, 749